

# QUANDO OS DIREITOS NÃO SÃO IGUAIS PARA TODOS

Por Sérgio Oliveira

O direito à saúde é proclamado como universal — inscrito na Constituição portuguesa, enunciado em tratados internacionais e repetido em discursos políticos. E, no entanto, esse direito parece escapular-se, de forma invisível, mas persistente, de muitos que o exigem com urgência. Quando vemos filas intermináveis, centros de saúde sem médicos, medicamentos inacessíveis ou pessoas que desistem simplesmente de procurar ajuda — aí percebemos que para alguns o direito existe de facto, e para outros permanece apenas como promessa.

Em Portugal, o sistema público — o Serviço Nacional de Saúde (SNS) — foi pensado para que ninguém ficasse para trás. Mas os dados revelam uma realidade dura: cerca de 40% das pessoas com necessidades de saúde relataram pelo menos uma vez não conseguir aceder aos cuidados em 2019 — comparado com a média europeia de 26%. em áreas sensíveis como a saúde mental e a saúde oral, Portugal regista valores de necessidades não satisfeitas de cerca de 28% e 29% respetivamente — muito acima da média europeia.

## VIDAS À MARGEM DA “UNIVERSALIDADE”

Imagine a Maria, 68 anos, vive numa vila de interior. Tem dor nos ossos, já espera há sete meses por uma consulta de ortopedia. Ela trabalha ainda, porque não consegue reformar-se, e teme que, se faltar ao trabalho para ir ao centro de saúde, fique sem o dia de salário. Ou o João, 34 anos, emigrante sem trabalho estável, que evita pedir ajuda para a depressão porque teme os custos dos transportes, das consultas fora de horas, e porque nunca sentiu confiança no sistema. Estas histórias são demasiadas vezes reais — e refletem o que dizem os estudos: “as desigualdades em saúde em Portugal são elevadas... Apesar do carácter universal e tendencialmente gratuito do SNS, os cuidados de especialidade estão desigualmente distribuídos na população, a favor dos mais educados”.

Por regiões, a desigualdade também grita silenciosamente. Por exemplo, em 2024, cerca de 27,7% dos utentes inscritos na Região de Lisboa e Vale do Tejo estavam sem



médico de família (sem ser por opção própria), enquanto no Norte a percentagem era de apenas 2,6%. Ou seja: dependendo do código-postal, o seu direito à saúde ou será acessível ou será uma meta distante.

## A DOR DO “NÃO PODER ESPERAR”

E o que dizer dos medicamentos? Um estudo da DECO PROteste sobre 15 fármacos de elevado valor revelou que o sistema de comparticipação português “deixa desprotegidos cidadãos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico”, comprometendo o acesso a cuidados de saúde essenciais. A verdade é que, quando faltam os meios, aquilo que deveria ser um direito transforma-se numa dívida invisível, numa renúncia amarga: “não me posso tratar agora, vou esperar”, conta-se em muitos lares portugueses.

A insatisfação cresce: só 49% dos portugueses disseram estar satisfeitos com o SNS em 2024, uma queda face aos anos anteriores. E menos de metade confia na articulação dos serviços, no encaminhamento entre cuidados primários e hospitalares — algo que devia funcionar como rede de segurança.

## A PROMESSA ADIADA

Quando um país diz “todos têm direito”, mas os dados revelam “nem todos conseguem”, precisamos de olhar para essas falhas não como exceções, mas como parte do sistema. Porque o direito à saúde não é apenas ter um médico ou um hospital — é ter a certeza de que, quando

precisamos, como precisamos, está lá. E não que fiquemos à espera ou que aceitemos que “é assim mesmo”.

As camadas mais vulneráveis — quem vive no interior, quem tem baixos rendimentos, quem está em situação de fragilidade social — são justamente as que pagam o preço mais alto. A equidade exige mais que promessas; exige políticas concretas: mais médicos em zonas desertificadas, mais transparência nas respostas, mais apoio para que o custo (transportes, consultas, exames) não impeça o acesso.

## CONCLUSÃO: O PAÍS MEDE-SE PELO QUE REALIZA

Garantir direitos não basta dizer que eles existem — importa que sejam exercíveis. Podemos ter leis bonitas, discursos comovidos e fotografias de inaugurações, mas será que, no dia a dia, o João, a Maria, o António, a Carla conseguem ter o cuidado quando o diagnóstico o exige?

Porque um país mede-se não pelos direitos que proclama, mas pela forma como os assegura a quem mais precisa. E se ainda temos pessoas que esquecem de ir ao médico porque “já não posso falhar o trabalho”, que deixam de tratar a depressão por falta de meios, que aguardam meses por uma consulta ou nem sequer têm médico de família — então há trabalho a fazer. Um direito que não se exerce verdadeiramente deixa de ser direito para muitos: torna-se privilégio para alguns.

